



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'P.M.' and other smaller marks.

Regulamento da Comissão de Avaliação da Carreira Especial Médica do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA,I.P.)

A Portaria n.º 209/2011, de 25 de maio, e o Acordo coletivo de trabalho n.º 12/2011, celebrado pelas Associações Sindicais: Federação Nacional dos Médicos e Sindicato Independente dos Médicos, criaram a adaptação da Avaliação do Desempenho da Carreira Especial Médica na Administração Pública (SIADAP). De acordo com estas normas, junto do dirigente ou órgão máximo de gestão funciona uma Comissão de Avaliação à qual compete elaborar o regulamento interno.

As competências da Comissão de Avaliação encontram-se previstas no artigo 17.º da Portaria n.º 209/2011 de 25 de Maio, e na Cláusula 18.ª do Acordo coletivo de trabalho n.º 12/2011, sendo que o regulamento de funcionamento desta Comissão deve ser elaborado por cada serviço tendo em conta a sua natureza e dimensão.

Assim, a Comissão de Avaliação do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P. (INSA, I.P.), na reunião de 18 Outubro de 2013, deliberou por unanimidade, aprovar o presente regulamento.

CAPÍTULO I

Objeto e âmbito

Artigo 1.º

Objeto âmbito de aplicação

O presente regulamento define a composição, as competências e as regras de funcionamento da Comissão de Avaliação (CA) da carreira especial médica do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P., em cumprimento do disposto na alínea h) do n.º 1 artigo 17.º da Portaria n.º 209/2011, de 25 de maio, e na alínea h) do n.º 1 da Cláusula 18.ª do Acordo coletivo de trabalho n.º 12/2011.



Handwritten signature and initials in blue ink.

CAPÍTULO II

Competências, composição e Funções

Artigo 2º

Competências

1 - A CA é o órgão que funciona junto do Presidente do Conselho Diretivo do INSA, I.P., competindo-lhe, designadamente:

- a) Estabelecer orientações gerais em matéria de fixação dos parâmetros da avaliação a que se refere o Artigo 8º da Portaria nº 209/2011, de 25 de maio, e a Cláusula 9ª do Acordo coletivo de trabalho nº 12/2011;
- b) Estabelecer orientações gerais em matéria de escolha de indicadores de medida, em especial os relativos à determinação da superação de objetivos individuais;
- c) Aprovar a lista de competências de desempenho;
- d) Emitir parecer relativamente a questões suscitadas no âmbito das suas atribuições, quando solicitado;
- e) Emitir recomendações sobre a necessidade de formação em serviço e ou contínua para os trabalhadores médicos, de acordo com os projetos de desenvolvimento da qualidade dos cuidados de saúde e objetivos do estabelecimento ou serviço e unidades;
- f) Promover a elaboração dos diferentes formulários necessários ao desenvolvimento do processo de avaliação do desempenho;
- g) Elaborar o relatório anual da avaliação do desempenho dos trabalhadores médicos;
- h) Elaborar o seu regulamento interno.

Artigo 3º

Composição

1 – A CA tem a seguinte composição:

- a) O Presidente do Conselho Diretivo do INSA, I.P., que preside a CA;
- b) O Vogal do Conselho Diretivo do INSA, I.P.;
- c) O Diretor de Gestão de Recursos Humanos do INSA, I.P.;

2 – Sempre que a CA tenha que deliberar sobre matérias relativamente às quais os seus membros, enquanto trabalhadores médicos, sejam parte interessada, a CA deve funcionar



com composição restrita aos elementos relativamente aos quais não se verifique uma situação de conflito de interesses.

3 – Nas suas faltas e impedimentos, o presidente é substituído pelo Vogal do Conselho Diretivo do INSA, I.P..

4 – Não é permitida a representação de qualquer dos seus membros.

Artigo 4º

Competências do Presidente

1 - Ao Presidente da CA compete, designadamente:

- a) Representar a comissão;
- b) Convocar, presidir e dirigir as reuniões da comissão;
- c) Garantir o funcionamento da comissão, de modo a assegurar a satisfação dos objetivos que lhe estão cometidos;
- d) Promover o cumprimento das deliberações, tomadas pelo órgão que preside;
- e) Abrir e encerrar as reuniões;
- f) Dirigir os trabalhos e assegurar o cumprimento da legislação e a regularidade das deliberações;
- g) Designar o secretário da comissão e seu substituto.

2 - Compete ao Presidente da comissão, na qualidade de dirigente máximo do serviço:

- a) Garantir a adequação do sistema de avaliação do desempenho às realidades específicas do serviço;
- b) Coordenar e controlar o processo de avaliação do desempenho;
- c) Fixar níveis de ponderação dos parâmetros de avaliação;
- d) Assegurar o cumprimento no serviço das regras estabelecidas na legislação em vigor em matéria de percentagens de diferenciação de desempenhos;
- e) Homologar as avaliações;
- f) Decidir das reclamações dos avaliados;
- g) Exercer as demais competências que lhe são cometidas pela presente lei.

Artigo 5º

Funções do secretário



[Handwritten signatures]

- 1 - O secretário e o seu substituto são designados pelo período de avaliação.
- 2 - Cabe ao secretário colaborar com o Presidente e executar os procedimentos técnico-administrativos relacionados com a Comissão de Avaliação, designadamente:
 - a) Secretariar as reuniões e elaborar as respetivas atas;
 - b) Organizar o expediente e arquivo da Comissão;
 - c) Apoiar o presidente na preparação da ordem de trabalhos.

CAPÍTULO III

Funcionamento

Artigo 6º

Reuniões da Comissão

- 1 - A CA reúne ordinariamente:

- a) No último trimestre do ciclo avaliativo, para preparar o planeamento de objetivos e resultados a atingir, no sentido de estabelecer diretrizes para uma aplicação objetiva e harmónica do SIADAP, designadamente na fixação de orientações gerais em matéria de definição de objetivos, de escolha de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos à caracterização da situação de superação de objetivos;
- b) Na segunda quinzena de janeiro do ano seguinte àquele em que se completa o ciclo avaliativo, com vista à harmonização das avaliações e neste sentido proceder à análise das propostas de avaliação de forma a assegurar o cumprimento das percentagens relativas à diferenciação dos desempenhos;
- c) Durante o mês de março do ano seguinte àquele em que se completa o ciclo avaliativo, tendo em vista a validação das propostas, com menções de desempenho relevante e de desempenho de inadequado, bem como proceder à análise do impacto do desempenho, designadamente para efeitos de reconhecimento de desempenho de excelente;

- 2 - A CA reúne extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação do Presidente ou sempre que pelo menos um terço dos Vogais desta comissão lho solicitem por escrito, indicando o assunto que desejam ver tratado.



3 – Compete ao Presidente agendar reuniões extraordinárias, por meio idóneo e com a antecedência mínima de setenta e duas horas, constando da convocatória a respetiva ordem de trabalhos.

4 – Todos os assuntos constantes da ordem de trabalhos são objeto de deliberação. Tratando-se de reuniões ordinárias, dois terços dos membros da Comissão de Avaliação podem reconhecer urgência sobre deliberação respeitante a outros assuntos, não previstos na ordem de trabalhos.

5 – As reuniões da CA não são públicas, sem prejuízo do disposto no artigo 8º do presente regulamento.

*Ph
C
W*

Artigo 7º

Votações

1 – A CA delibera validamente quando esteja presente a maioria dos seus membros.

2 – As deliberações da Comissão são aprovadas por votação nominal e por maioria absoluta dos votos dos membros presentes.

3 – Em caso de empate na votação, o presidente tem voto de qualidade, salvo nas situações de voto secreto, em que se procede a nova votação, adiando para a reunião seguinte caso o empate subsista.

4 – As deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou qualidades de pessoas são tomadas por votação secreta.

5 – Não podem estar presentes no momento da discussão, nem da votação, os membros que se encontrem ou se considerem impedidos.

6 – Não é admitida a abstenção nas votações dos membros da Comissão.

Artigo 8º

Colaboração de avaliadores e avaliados

1- A CA poderá solicitar, por escrito, à equipa de avaliação e aos avaliados, os elementos que julgar convenientes para o seu melhor esclarecimento.

2 – A CA pode também convocar toda a equipa de avaliação para reuniões preparatórias das deliberações que visem o esclarecimento de orientações gerais em matéria de fixação de objetivos, de escolhas de competências e de indicadores de medida, em especial os relativos

à caracterização da situação de superação de objetivos, bem como estabelecimento do número de objetivos e de competências a que se irá subordinar a avaliação de desempenho.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Artigo 9º

Divulgação das percentagens máximas de avaliação

1 – A atribuição das percentagens máximas para as avaliações com menção de desempenho de relevante e das de desempenho de excelente é divulgada, através de despacho do Presidente do Conselho Diretivo do INSA, I.P., de forma que chegue ao conhecimento da equipa de avaliação.

2 - Compete ao Presidente do Conselho Diretivo do INSA, I.P., em exclusividade, a atribuição das percentagens máximas previstas na Lei.

Artigo 10º

Ata da reunião

1 – De cada reunião será lavrada ata, que conterà um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido.

2 – As atas são lavradas pelo secretário e postas à aprovação de todos os membros da comissão no final da respetiva reunião, sendo assinadas, após a aprovação, pelo presidente e pelo secretário.

3 – Os membros da Comissão podem fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 11º

Alterações

As alterações ao presente regulamento carecem de aprovação por maioria dos membros da Comissão, em reunião cuja convocatória conste explicitamente esse ponto.

Artigo 12º

Omissões


Aos casos omissos no presente regulamento, aplicar-se-ão as disposições legais relativas ao Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, as normas relativas ao funcionamento dos órgãos colegiais constantes no Código do Procedimento Administrativo, bem como à Lei Orgânica do INSA, I.P.

Artigo 13º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pela CA, sendo o texto original anexado à ata da reunião em que for aprovado.

INSA, IP, 18 de outubro de 2013


J. Pereira Miguel
Presidente do INSA